

No mês de fevereiro, a Funpresp fez alertas aos participantes sobre uma tentativa de fraude em nome da Entidade. Na ocasião, foram encaminhadas cartas para servidores públicos com o cabeçalho “Restituição de crédito previdenciário”. Agora, participantes também estão recebendo ligações com o mesmo conteúdo das cartas.

A Funpresp informa que ambas tentativas têm caráter fraudulento. As informações contidas no documento (que também são apresentadas no momento das ligações), como nome, endereço e telefones, não condizem com os dados verdadeiros da Fundação.

A Entidade informa ainda que não é responsável pelas cartas e/ou ligações, e orienta as pessoas que receberem tal documento a registrar boletim de ocorrência junto às autoridades policiais.

Confira o documento abaixo:



**FUNDAÇÃO NACIONAL DE PREVIDENCIA COMPLEMENTAR DO
SERVIDOR PUBLICO FEDERAL**
AV. PAULISTA, 2073 7º ANDAR CJ. 713 SÃO PAULO-SP CEP: 01311-300
PABX (11) 4266-0982 (11) 4266-0986
RESTITUIÇÃO DE CRÉDITO PREVIDENCIÁRIO

Ofício Nº14081943/2016

O EXMO Senhor Doutor Juiz Titular Federal da 1ª Vara de Falências e Concordatas (Fórum João Mendes Júnior) da Comarca de São Paulo, na forma da Lei Orçamentária nº10.707/2009 art.5º incisos I, II e IV e parágrafo 2º seção das diretrizes especiais do orçamento da seguridade social federal. Em cumprimento a sentença 014103/10/2012 - resgate administrativo do fundo de reserva constituído, conta previdenciária complementar privada.

PROCESSO Nº:	9222198-50/2007.8.26.0000
DATA DO DEPOSITO:	SET/2009
DISTRIBUIDO:	10/MAR/2015
DATA DA CORREÇÃO:	OUT/2016
DESPESAS JUDICIAIS:	154.605.330-9
ALVARÁ:	267.385-40
REQUERIDO:	CAIXA DE PECÚLIO E PENSÃO
BENEFICIÁRIO:	

Pelo presente, expedido nos autos da ação referente ao pecúlio, comunicamos a V.S.a que encontra-se a disposição junto a este ofício o crédito identificado nominativo. Informamos que o beneficiário com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, residente fora dessa Comarca, poderá optar por recebimento do benefício na cidade de domicílio através de crédito bancário.

PROVIMENTO Nº 03/04/2066-ECGJ, 4. CUMPRE-SE sob as penas da lei.

Fica a cargo do Oficial de Cartório o recolhimento das custas processuais diretamente da parte.

GARE: 2,50%

DARF: 2,85%

CPJ: 2,50%

As despesas em caso de transporte de depósito de bens, valores e outras necessidades indicadas no presente sob julgo do EX.MO Juiz Daniel Camilo Costa, mediante depósitos identificados em conta corrente e em juízo. Vencido o prazo para cumprimento da ordem sem que efetuado o depósito, os valores serão devolvidos, certificando-se da ocorrência quando o beneficiário oferecer meios para cumprimento. Art. 4º. Publicação por Oficial de Justiça do Estado de São Paulo - Lei Federal nº11.419/06 art. 4º e envio CNPS.

MARISA IKEDA

(Diretora Administrativa)

ATENDIMENTO DE SEG. À SEXTA DAS 09:00 ÀS 16:00HS.

Fonte: Funpresp, em 14.08.2018

